

A INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: 1993 – 2013

THE INFORMALITY IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET: 1993 - 2013

Emanuelle Alicia Santos de Vasconcelos*

Ivan Targino**

RESUMO

O objetivo desse trabalho é investigar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre os anos 1993 e 2013. Os dados utilizados na pesquisa originaram-se da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). A análise mostrou que durante os anos 1990, em um contexto de baixo dinamismo econômico, o nível de informalização manteve-se praticamente inalterado, embora em níveis bastante elevados. Por outro lado, essa década caracterizou-se por uma piora das relações de trabalho: elevada taxa de desemprego, redução dos níveis de remuneração etc. Nos anos 2000, em um contexto de recuperação da economia, os níveis de informalização apresentaram considerável redução. Diante dessas considerações, é possível notar que, a informalidade no mercado de trabalho apresenta um componente cíclico e estrutural, uma vez que a mesma acompanha as tendências do cenário macroeconômico.

Palavras-chave: Informalidade. Mercado de trabalho. Crescimento econômico.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the dynamics of informality in the Brazilian labor market between 1993 and 2013. Data for the research were derived from the National Household Sample Survey (PNAD). The analysis showed that during the 1990s, in a context of low economic dynamism, the level of informality has remained virtually unchanged, although at very high levels. On the other hand, this decade was characterized by a worsening of labor relations: high unemployment, lower pay levels etc. In the 2000s, in a context of economic recovery, the informal levels showed significant reduction. Given these considerations, it is possible to note that informality in the labor market has a cyclical and structural component, since it accompanies the trends in the macroeconomic scenario.

Keywords: Informality. Labor market. Economic growth.

1. INTRODUÇÃO

A informalidade é uma característica marcante e já conhecida do mercado de trabalho brasileiro, que passou a ganhar interesse na segunda metade da década de 1970, quando o setor informal urbano passou a ser objeto de investigação acadêmica.

Empiricamente, Ulyseia (2005) realça que após um período de relativa estabilidade, de 1983 a 1989, o mercado de trabalho brasileiro apresenta, a partir de 1990, uma elevação no nível de informalidade, consequência da perda de dinamismo da economia.

Os dados mais recentes, sobretudo a partir de 2004, dão indícios de que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro vem se reduzindo consideravelmente. Contudo, vale sublinhar que o nível de informalização ainda continua em patamares elevados: em 2013, aproximadamente 49% das ocupações estavam concentradas no segmento informal do mercado de trabalho. Tal situação só corrobora o fato de que, historicamente, a elevada informalidade tem sido uma das características estruturais do

* Doutoranda do PPGE/UFPB. Professora do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais da UFPB. E-mail: emanuellealicia@hotmail.com

** Professor do Departamento de Economia da UFPB. E-mail: Ivantarginomoreira@yahoo.com.br

mercado de trabalho brasileiro, evidenciando assim que o processo de desenvolvimento da economia do país não está sendo acompanhado por um processo de geração de postos de trabalho *decente*¹ para parcela significativa dos trabalhadores.

Nesse contexto, o problema de pesquisa que se formula é o seguinte: “Como se deu a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 1993 e 2013 e que fatores contribuíram para essa evolução?”.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O debate sobre a informalidade não se apresenta de forma consensual, o que confere à literatura especializada uma forma contraditória de abordar a temática. Segundo Cacciamali (2011, p. 3), “tornar o debate profícuo requer delimitar o espaço e os pontos da discussão.”

Desse modo, a literatura sobre esse tema é voltada para aspectos relevantes do mercado de trabalho, visando identificar tendências acerca da dinâmica de tal mercado, com o intento de não apenas diagnosticar o problema, como também contribuir para a formulação de políticas públicas, que almejam a qualidade dos empregos criados e a determinação de salários mais elevados.

Barbosa (2011) sugere que estamos vivendo um momento de redefinição conceitual. Seguindo a proposta do autor, em vez de apresentar uma conceituação definitiva sobre o “setor informal”, procurou-se nesta seção, traçar a evolução do debate contemporâneo, ressaltando como as perspectivas se alteram ao longo do tempo num *mix* entre a sociologia e a economia do trabalho, revelando as diversas posições acerca do tema.

2.1 Keith Hart e a missão da OIT no Quênia: contribuições teóricas

Analisando-se a evolução das definições acerca do “Setor Informal”, pode-se dizer que a primeira definição oficial foi apresentada em 1972 com a publicação de um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a economia do Quênia, que ao que tudo indica, baseou-se no texto seminal de Hart apresentado pela primeira vez na *Conference on Urban Unemployment in Africa*, realizada no *Institute of Development Studies (IDS-University of Sussex)* em 1971, mas que foi publicado apenas em 1973. Desse modo, inicia-se a análise da evolução das definições do setor informal pelo trabalho proposto por Hart (1973).

De início, o texto de Hart fornece indícios da originalidade do trabalho, na medida que realiza uma abordagem multidisciplinar, abrangendo, sobretudo, aspectos da sociologia e da economia, o autor propõe formas alternativas para se analisar o fenômeno. Um dos pontos que chama a atenção é o fato da inflação, os salários inadequados e o excedente de força de trabalho serem encarados como fatores originários do alto nível de informalidade nas atividades geradoras de renda do subproletariado. (HART, 1973, p.61).

Em seu texto, Hart (1973) não utiliza o informal com o termo “setor”: fala-se de um “mundo das atividades econômicas que transcendem a força de trabalho

¹ Entende-se por trabalho decente a promoção de emprego e ocupação com proteção social, respeito aos direitos e princípios fundamentais no trabalho e diálogo social, conforme definição da OIT que estipula que “trabalho decente é um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que seja capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho” (ABRAMO *apud* LEONE, 2010).

organizada”. Procurando caracterizar tais atividades, o autor apresenta a principal distinção entre ambas: as primeiras são caracterizadas pelo assalariamento e as segundas pelo trabalho por conta própria. Chama a atenção para aquilo que ele considera como variável essencial de análise, que seria o nível de racionalização do trabalho. Desse modo, tornava-se imperioso verificar em que medida o trabalho seria recrutado de forma regular com base em remuneração fixa. Para o autor, as atividades informais englobavam desde operações marginais até aquelas realizadas em grandes empresas, não se podendo simplesmente caracterizá-las como atividades que possuíam baixa produtividade.

Segundo Barbosa (2011), a originalidade do trabalho de Hart é evidenciada quando o autor questiona em que medida o “setor” informal deveria ser visto como um problema em si, ou seja, como um aspecto negativo dos países subdesenvolvidos. Contudo, deve-se ressaltar que tal questionamento não seria uma forma de exaltar o informal, mas sim uma forma de encará-lo como um aspecto da realidade, como um dado de uma problemática complexa.

De um modo geral, pode-se dizer que a análise proposta por Hart pautou-se em questões que foram debatidas durante as décadas seguintes, tais como: a relação existente entre informalidade e pobreza; a inexistência de completa identificação entre atividades informais e baixa produtividade; e o potencial do setor informal em termos de geração de empregos. (BARBOSA, 2011).

2.1.2 Missão da OIT

Para o *Programa Mundial de Emprego*, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1969, o foco dos estudos sobre a informalidade deveria ser os países periféricos e desse modo os estudos foram conduzidos por mais de dez anos, em que se constataram aspectos e comportamentos comuns a mercados de trabalho distintos, como os da América Latina, da África Oriental ou do Sul da Ásia. Nas palavras de Cacciamali (2011), tem-se:

Entre as mais importantes características, esses estudos destacaram a elevação da concentração de renda, absorção insuficiente de mão de obra pelo setor industrial com relação à oferta de trabalho, destruição de formas tradicionais de produção, alta migração do campo para a cidade, disparidade salarial elevada entre trabalho qualificado e não qualificado, e excedente de mão de obra que se autoempregava e/ou se encontrava subocupado, desempregado ou sobrevivendo por meio de mecanismos de assistência social públicos ou privados. (CACCIAMALI, 2011, p.16).

Para a autora, esse é o contexto em que o conceito de *setor informal* foi concebido, desenvolvido e recriado desde então, não apenas pelos estudos da OIT, mas também pelos estudos da maioria das agências multilaterais.

Dentre os estudos realizados pela OIT, serão abordados, nesta seção os principais aspectos do relatório acerca da missão do Quênia. Pretende-se aqui sublinhar a evolução do debate em relação ao tema informalidade, ressaltando-se as principais similaridades, bem como os pontos de divergências em relação ao texto seminal de Hart.

Para Barbosa (2011), o relatório do Quênia invoca a quebra de paradigmas, atentando para a necessidade de uma nova atitude teórica mais aberta, contrária ao preconceito acadêmico predominante. Uma das rupturas é a conclusão de que os níveis

de renda encontrados no setor informal estariam acima dos encontrados na pequena produção agrícola.

O senso comum tende a associar as atividades do setor informal àquelas exercidas por pequenos comerciantes, vendedores de rua e engraxates, quando, na verdade, boa parte deste setor revela-se economicamente eficiente, gerando lucros por meio de tecnologias simples e fazendo uso de pouco capital. (OIT, 1972, p. 5).

O relatório da OIT menciona que o setor informal não se situa confinado na periferia urbana, interagindo de várias formas com o setor formal. Inclusive, o referido relatório pulveriza a ideia de que o setor informal, ao contrário de ineficiente e estagnado, propicia uma vasta gama de produtos competitivos em virtude dos seus baixos custos e da tecnologia utilizada (OIT, 1972). Ademais, realça-se a noção de que o “setor informal” poderia inclusive permitir a correção da estratégia de emprego embutida no modelo de substituição de importações, que se pautou no uso de tecnologia intensiva em capital, subutilização da capacidade produtiva e desincentivo às exportações, o que resultou na piora da desigualdade de renda. (OIT, 1972, p. 18).

Além de ter originado um conjunto de novas interpretações, a missão do Quênia merece os créditos de ter proporcionado uma delimitação conceitual, o que representa um esforço que vai além daquele realizado por Hart. Segundo o relatório apresentado à OIT, as atividades informais caracterizam-se pela “maneira de fazer as coisas”, ou seja, trata-se de um modo de organização da produção, que em grande medida, é caracterizado pela ausência de barreiras à entrada, dependência de recursos locais, propriedade familiar, pequena escala de operações, intensivas em mão de obra e com tecnologia adaptada, contando com qualificações adquiridas fora do sistema escolar e atuando em mercados competitivos e desregulados. O setor formal, por sua vez, pode ser compreendido pela negação desses pressupostos (OIT, 1972).

2.1 Debate Teórico acerca da Informalidade no Brasil

A discussão acerca da informalidade no Brasil ganha interesse a partir da segunda metade da década de 1970, quando vários autores buscaram caracterizar a situação ocupacional do mercado de trabalho brasileiro. Tal discussão dá sequência aos estudos sobre a segmentação do mercado de trabalho de Lewis (1958) e Lima (1975).

Os primeiros estudos sobre o tema, de um modo geral, abordavam a questão da concepção dual do mercado de trabalho, em que se contrapunham de forma estática os setores atrasado e moderno, informal e formal. Tal crítica foi iniciada por Oliveira (1972) que, em seu texto seminal, a partir de uma abordagem marxista, defende a articulação entre o conjunto de atividades não capitalistas, informais, com a acumulação de capital na economia brasileira.

Seguindo essa vertente, podem ser citados os textos de Cacciamali (1983), Kowarick (1978) e Souza (1979). Esse último autor, por sua vez, deu um contributo para aprimorar e operacionalizar o conceito de setor informal. Na definição apresentada em sua tese de doutorado, o autor toma como base a organização da produção e relação do trabalhador com seus meios de produção.

No debate contemporâneo, dentre os trabalhos de grande relevância sobre a informalidade, convém ressaltar aquele elaborado por Cacciamali (2000, 2011). A autora enfatiza que durante a década de 1990, em um contexto político baseado nas ideias liberais, foram percebidas profundas mudanças estruturais na produção e no emprego, acompanhadas por transformações em âmbito tecnológico e impulsionadas

pela nova divisão do internacional do trabalho. Segundo Cacciamali (2011), tais transformações provocaram descompasso entre práticas econômicas, comerciais ou instituições sociais que se tornaram inadequadas no processo sociopolítico de criação ou adaptação de normas, práticas, procedimentos e instituições que atendessem às necessidades e interesses da sociedade contemporânea. Segundo a autora, essa assincronia passou a ser compreendida por meio do termo *processo de informalidade* que: “Analisa os principais vácuos legais ou procedimentos consensuais no uso da força de trabalho, processos de trabalho, compra e venda ao longo das cadeias de produção e outras relações de produção.” (CACCIAMALI, 2011, p.16).

Em seu estudo, a autora ressaltou que o conceito de “setor informal” havia se tornado muito restrito para explicar a realidade dos países latino-americanos. Desse modo, propôs a utilização de novo conceito: *o processo de informalidade*, uma vez que esse remeteria às mudanças institucionais ocorridas na maior parte dos países em face da reestruturação econômica e da reorganização do trabalho assalariado, que alterou a estrutura do emprego nas empresas, levando a uma maior incidência de empregos sem registro ou sem direito à proteção social, dentre outras manifestações de informalidade. (CACCIAMALI, 2000).

É mister ressaltar também a pesquisa realizada por Tavares (2002), que destacou o fato da informalidade contemporânea não se proliferar à margem do sistema capitalista. Para a autora, seria a própria economia capitalista a responsável por imprimir a dinâmica e expansão do trabalho informal, uma vez que parte dos empregos informais, acolhidos pelas atividades da terceirização, articula-se diretamente ao movimento do capital.

Seguindo uma abordagem alternativa, Noronha (2003) destaca que o caráter polissêmico acerca da informalidade pode resultar em distorções no uso da terminologia, ao mesmo tempo em que dificulta o entendimento dos diversos fenômenos e processos que estão arrolados à palavra. Para o autor, os termos e expressões contemporâneos acerca da informalidade, poderiam ser resumidos no termo “contratos atípicos”.

Outra contribuição de Noronha repousa no exame feito acerca das três abordagens econômicas mais usuais a respeito da explicação da informalidade, a saber:

i) a *velha informalidade*, que destaca a insuficiência na geração de empregos e as estratégias de sobrevivência;

ii) a *informalidade neoclássica*, que enfatiza o lado da racionalidade das empresas, que visam reduzir seus custos trabalhistas oriundos de uma legislação trabalhista extensa;

iii) a *nova informalidade* ou *informalidade pós-fordista*, que pode ser compreendida como sendo o resultado de mudanças produzidas pelas novas tecnologias e pelas novas formas de organização do trabalho.

Já o trabalho de Barbosa (2009), procurou evidenciar que as relações entre “formal” e “informal” são múltiplas e que as mesmas são redefinidas constantemente em face de um contexto econômico em que predomina a heterogeneidade estrutural. O autor busca trazer de volta o elo perdido entre subdesenvolvimento, dependência e informalidade, evitando a armadilha das generalizações do termo e propondo alternativas de análises.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Base de dados

Os dados utilizados nessa pesquisa originaram-se da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) disponibilizada pelo IBGE. Neste trabalho, optou-se em definir o setor formal do mercado de trabalho como sendo aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja firmado através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público. Já o setor informal, pode ser entendido como aquele que abrange uma diversidade de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas *vis-à-vis* os trabalhadores formais, e que muitas vezes são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social. Diante do exposto, adotou-se a classificação apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das ocupações em formais e informais

Setor formal	Setor informal
Empregados com carteira Militares Funcionários públicos estatutários Trabalhadores domésticos com carteira Empregadores com 6 ou mais empregados	Empregados sem carteira Trabalhadores domésticos sem carteira Conta- própria Trabalhadores na produção para o próprio consumo Trabalhadores na construção para o próprio uso Não remunerados Empregadores com até 5 empregados

Fonte: Elaboração própria

Quanto ao tratamento dos dados, utilizou-se uma amostra que abrange indivíduos com 10 ou mais anos de idade, excluindo-se todas as observações em que as variáveis utilizadas não foram declaradas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Mercado de trabalho brasileiro nas décadas 1990 e 2000

Nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando sinais de recuperação. Os dados mais recentes apontam para um processo de maior dinamismo desse mercado, com a melhoria de praticamente todos os indicadores. Contudo, vale ressaltar que tal tendência é uma particularidade dos anos 2000 e que para se compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a dinâmica da informalidade, torna-se relevante observar a diferença entre os indicadores do mercado de trabalho nos anos 1990 e 2000, especialmente a partir de 2004. São duas décadas diametralmente opostas no que tange ao cenário macroeconômico, transformações socioeconômicas e, conseqüentemente, nos efeitos sobre o mercado de trabalho.

Desde 2004, pode-se observar uma inversão da tendência negativa de desempenho verificada nos anos 1990. Leone (2010) realça que a elasticidade do emprego em relação à atividade econômica, que esteve baixa nos anos 1990 devido aos efeitos nocivos da abertura comercial e financeira, apresentou entre 2004 e 2008 uma magnitude mais elevada. A autora ainda ressalta que em uma situação internacional mais favorável, a economia brasileira vem crescendo moderadamente, o que conseqüentemente repercute no mercado de trabalho, que mostra sinais de recuperação com a geração de um número significativo de ocupações, o que contribui para a intensificação de um processo de formalização do emprego.

Destarte, são apresentados a seguir, na Tabela 1, alguns indicadores das ocupações no mercado de trabalho brasileiro para os anos de 1993, 1999, 2004, 2009 e 2013, a fim de compreender as principais transformações ocorridas entre uma década e outra.

Tabela 1 – Brasil: Evolução das ocupações no mercado de trabalho (1993-2009).

Indicadores	1993	1999	2004	2009	2013	(Em mil pessoas)		
						1993-1999 (%)	2004-2013 (%)	1993-2013 (%)
Ocupados	66.366	71.492	84.366	92.535	96.659	7,7	14,6	45,6
Desocupados	3.309	7.639	8.263	8.420	6.742	130,8	-18,4	103,7
PEA ²	69.675	79.131	92.630	100.955	103.401	13,6	11,6	48,4
PNEA ³	40.418	50.737	56.887	61.696	69.731	25,5	22,6	72,5
PIA ⁴	110.094	129.868	149.517	162.652	173.132	18,0	15,8	57,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Os dados da Tabela 1 revelam as diferenças entre os indicadores dos anos 1990 e dos anos 2000. Entre 1993 e 1999, percebe-se que a população ocupada elevou-se em 7,7%, o que representa um aumento líquido de aproximadamente 5,1 milhões de ocupações. Entre 2004 e 2013, esse aumento foi de aproximadamente 12,2 milhões de ocupações, evidenciando um crescimento de 14,6%.

Contudo, apesar das taxas de crescimento positivas em ambas as décadas convém ressaltar algumas particularidades dos anos 1990. Uma dessas particularidades é o fato de a População Economicamente Ativa (PEA) ter crescido em ritmo superior ao da população ocupada, com um aumento líquido de aproximadamente 9,5 milhões de indivíduos, o que indica que a geração de ocupações não foi suficiente para absorver o crescimento da força de trabalho, ocasionando uma elevação no contingente de pessoas desocupadas, que passou de 3,3 milhões de indivíduos em 1993, para aproximadamente 7,6 milhões em 1999, ou seja, um incremento de aproximadamente 131%.

No período de 2004 a 2013, pode-se verificar uma inversão na tendência desses indicadores, em que se observa que a taxa de crescimento da população ocupada cresceu a 14,6% no período, taxa de crescimento superior ao da População Economicamente Ativa, que cresceu 11,6% no período. Assim, de acordo com os dados da Tabela 1, constata-se que o contingente de pessoas desocupadas se reduziu em aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, o que representa uma variação negativa de aproximadamente 18% no período de 2004 a 2013, resultado bastante significativo quando comparado à variação apresentada de 1993 a 1999, que foi de 131%.

O desempenho dos anos 1990 pode ser compreendido à luz de uma série de transformações que trouxeram mudanças para a dinâmica do mercado de trabalho.

² Número de pessoas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas aquelas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

³ Pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas, ou seja, pessoas incapacitadas para o trabalho ou que desistiram de buscar trabalho ou não querem mesmo trabalhar. Inclui os incapacitados, os estudantes e as pessoas que cuidam de afazeres domésticos.

⁴ Número de pessoas com 10 anos ou mais de idade, que compreende o conjunto de todas as pessoas aptas a exercer uma atividade econômica. Subdivide-se em População Economicamente Ativa (PEA) e a População não Economicamente Ativa (PNEA).

Dentre as principais transformações, pode-se sublinhar a busca da estabilização dos preços, especialmente com a implementação do Plano Real, que se pautou na utilização de políticas monetária e fiscal restritivas, com altas taxas de juros e controle do déficit fiscal, respectivamente, aliadas a uma política cambial de regime de câmbio fixo. Tais políticas, em grande medida, comprometeram o crescimento econômico do país, que conseqüentemente impactou na distribuição ocupacional do mercado de trabalho, conforme pode ser verificado nas tabelas 1 e 2.

Na Tabela 2, são apresentados alguns indicadores selecionados, que evidenciam a perda de dinamismo da economia brasileira durante os anos 1990, oriunda da política macroeconômica adotada à época, e suas conseqüências para o mercado de trabalho.

Tabela 2 – Brasil: Dinamismo Econômico – Indicadores Selecionados (1993-2009).

Indicadores	1993	1999	2004	2009	1993-1999	2004-2009
Taxa de Desemprego ⁵ (%)	6,8	10,4	9,7	9,1	3,6 p.p.	-0,6 p.p.
PIB (bilhões R\$ de 2010)	2.175,7	2.534,2	2.939,6	3.505,9	16,5%	19,3%
Renda média de todos os trabalhos (R\$ de 2009) ⁶	813,82	944,91	870,38	1.068,39	16,1%	22,7%

Fonte: Elaboração do IPEADATA a partir dos dados da PNAD/IBGE e do IBGE/SCN 2000 Anual.

Segundo dados do IBGE, no período de 1993 a 1999, o país cresceu a taxas médias anuais de 2,8%. Nos anos 2000, especificamente de 2004 a 2009, esse crescimento se deu a taxas médias anuais de aproximadamente 4%, evidenciando assim as diferenças entre as duas décadas analisadas.

Conforme realçam Tonelli e Queiroz (2010), desemprego e crescimento econômico estão intimamente relacionados, de modo que não se pode analisar uma variável, sem entender o comportamento da outra. Desse modo, conforme elucidam os dados da Tabela 2, pode-se observar que a taxa de desemprego passa de 6,8% em 1993, para 10,4% em 1999, indicando um incremento de 3,6 pontos percentuais, ao passo que no período de 2004 a 2009, essa taxa reduz-se em 0,6 pontos percentuais, passando de 9,7% para 9,1%.

Outra informação contida na Tabela 2 é o crescimento do PIB no período de 1993 a 1999, que foi de 16,5%. Um crescimento modesto, que não chega nem a compensar o aumento da População em Idade Ativa (PIA), que de acordo com os dados da Tabela 1 apresentou um crescimento de 18%. Por outro lado, o período de 2004 a 2009, apresenta um crescimento do PIB de 19%, crescimento além daquele apresentado pela PIA, que no mesmo período apresentou um crescimento de 8,8%.

⁵ Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Elaboração: DISOC/IPEA a partir dos microdados da Pnad.

⁶ Média, por pessoa ocupada, dos rendimentos mensais brutos totais em dinheiro recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Valores reais expressos aos preços vigentes no mês de referência da última Pnad disponível, calculados a partir dos microdados da pesquisa e atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad apresentado pelo IPEADATA. Elaboração: DISOC/IPEA.

Tonelli e Queiroz (2010) ressaltam que a tendência à recuperação do crescimento econômico, só é percebida a partir do momento em que o pensamento desenvolvimentista se sobrepôs ao pensamento da ortodoxia neoliberal. Ressaltam que a partir de 2004, com políticas voltadas ao crescimento e à distribuição de renda, o país voltou a crescer, o que surtiu efeitos positivos nas condições de vida da sociedade brasileira. Os autores frisam que é inconcebível pensar esse crescimento fora do contexto favorável da economia internacional, mas destacam que mais inconcebível ainda é negar a *performance* do país, em que se observou um crescimento maior do que a média mundial, com distribuição de renda, ampliação dos salários e dos gastos sociais, redução do desemprego e ampliação da cobertura previdenciária, o que promoveu uma ampla mobilidade social das classes mais pobres em direção às classes médias. Porém, vale sublinhar que tal ciclo de crescimento foi interrompido como resultado da crise de 2008-2009, resultando em aumento do desemprego no primeiro trimestre deste último ano.

De um modo geral, pode-se apreender que o mercado de trabalho brasileiro vem apresentando resultados positivos nos anos 2000, com melhorias significativas em praticamente todos os indicadores. No entanto, convém mencionar que a questão dos rendimentos ainda é um problema, uma vez que mesmo com todos esses avanços, não se pode dizer que houve plenamente uma reversão da queda das remunerações ocorrida nos anos 1990.

Os dados da Tabela 2 revelam que o rendimento médio real do trabalhador cresceu 16% de 1993 a 1999, passando de R\$ 813,82 para R\$ 944,91, em 1999. Já no período compreendido entre 2004 e 2009, tal crescimento foi de 22,7%, em que o rendimento médio real passou de R\$ 870,38, em 2004, para R\$ 1.068,39, em 2009. Percebe-se assim que nos anos 2000 o rendimento médio real do trabalhador cresceu em um ritmo mais acelerado se comparado com o crescimento do rendimento real médio do trabalhador nos anos 1990.

Ao se fazer uma análise das contas nacionais, pode-se verificar que durante a década de 1990 a participação dos rendimentos na renda nacional apresentou uma tendência de queda que, conforme evidencia o Gráfico 1, iniciou-se em 1993 e fica mais perceptível a partir de 1995.

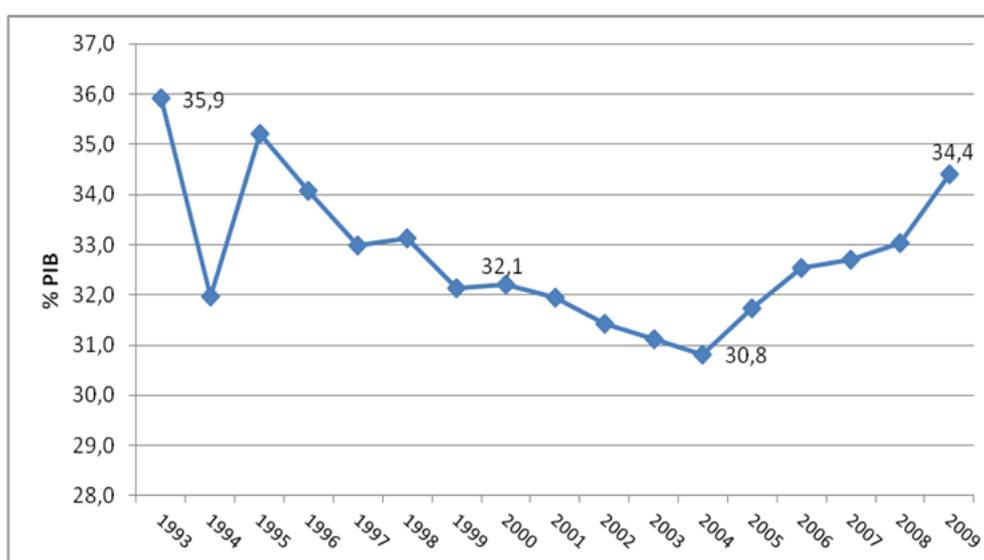


Gráfico 1 – Brasil: Participação da remuneração dos empregados na Renda Nacional (1993-2009)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA- Contas Nacionais - IBGE

Entre 1993 e 1999, a participação dos salários na renda nacional reduz-se em 3,8 pontos percentuais, caindo de 35,9% para 32,1% em 1999. Historicamente, o piso dessa série foi alcançado em 2004, com uma participação de 30,8. No entanto, a partir deste ano, com o crescimento do emprego e das remunerações, a participação dos salários na renda nacional inverteu essa tendência de queda, chegando a apresentar uma participação de 34,4% em 2009.

Tonelli e Queiroz (2010) acreditam que ainda falta muito para retomar à marca histórica de 40%, mas por outro lado ressaltam que não há indícios de que esse ciclo de recuperação tenha se esgotado.

4.2 A informalidade no mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1990 e 2000.

Iniciando a investigação pelos anos selecionados da década de 1990, os dados da PNAD, apresentados na Tabela 4 evidenciam que entre 1993 e 1999, foram geradas aproximadamente 5,1 milhões de ocupações no mercado de trabalho brasileiro. Destas 5,1 milhões de ocupações, 3,3 milhões foram criadas no setor informal, ao passo que cerca 1,8 milhões foram criadas no setor formal. Desse modo, verifica-se que as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8%, taxa um pouco superior àquela apresentada no setor formal (7,2%) e no total de ocupações do país (7,7%). Contudo, em termos de participação relativa no total de empregos, nota-se que a proporção de trabalhadores ocupados no setor informal do mercado de trabalho brasileiro teve sua participação praticamente inalterada em cerca de 62%.

Os resultados apresentados na Tabela 3 permitem verificar que na realidade, o grau de informalidade manteve-se praticamente inalterado durante os anos 1990, porém em elevadas proporções, que não deu sinais de arrefecimento durante toda a década. Contudo, convém mencionar que esses resultados merecem uma análise mais acurada, uma vez que não dão sustentabilidade aqueles apresentados pela literatura nacional, em que se difundiu a ideia de que a informalidade no país se elevou de forma significativa durante os anos 1990.

Para Leite (2011), tais resultados revelam a tendência à manutenção do elevado nível de informalidade no mercado de trabalho durante os anos 1990, resultante da implementação de políticas neoliberais que foram postas em prática de forma mais evidente nessa década, e que em grande medida, resultaram no aumento do desemprego e na perda do valor real dos salários.

Tabela 3 – Brasil: Ocupação formal e informal (1993-2013).

Ocupação		Período					Tx. Crescimento		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993-1999	2004-2013	Total
Formal	Fr. Abs.*	25.239,1	27.061,1	34.558,0	42.818,6	49.734,6	7,2%	43,9%	97,1%
	(%)	38,0	37,9	41,0	46,3	51,5	-0,1 p.p	10,5 p.p	13,5 p.p
Informal	Fr. Abs.*	41.127,3	44.431,1	49.808,2	49.716,4	46.856,8	8,0%	-5,9%	13,9%
	(%)	62,0	62,1	59,0	53,7	48,5	0,1 p.p	-10,5 p.p	-13,5 p.p
Total	Fr. Abs.*	66.366,3	71.492,5	84.366,2	92.535,0	96.591,5	7,7%	14,5%	45,5%
	(%)	100	100	100	100	100	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: (*) Em mil pessoas.

Para Krein e Proni (2010), o elevado nível da informalidade no Brasil nos anos 1990, pode ser compreendido à luz de dois fatores principais: i) crescimento econômico baixo e instável; e ii) as transformações oriundas do capitalismo contemporâneo, que promoveram um processo de combinação entre a reorganização econômica e a mudança no papel do Estado e das instituições públicas, o que resultou em uma maior flexibilização das relações de trabalho.

Na mesma linha, segue a contribuição de Santos (2006), que ressalta o forte crescimento do autoemprego e dos pequenos negócios a partir dos anos 1990, sobretudo entre 1993 e 1999. Para o autor, o elevado nível de informalidade pode ser imputado ao processo de terceirização, mas a causa maior guarda relação estreita com a estratégia de sobrevivência de um contingente significativo de pessoas, dada a existência de um elevado desemprego. Desse modo, apreende-se que em um cenário de baixo dinamismo da economia, o incremento dos pequenos negócios teve um efeito negativo, haja vista que tal processo se deu pela ausência de melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Duarte (2006) acrescenta novos elementos para compreender a elevada proporção de trabalhadores na informalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990. Para o autor, a década se caracterizou por grandes transformações tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito mundial. Nacionalmente, destaca-se o processo de liberalização comercial que forçou as empresas a realizarem uma grande reestruturação produtiva. Nesse contexto ressalta-se o aumento da competitividade e a necessidade de se conquistar novos mercados, que em grande medida, forçou as empresas a buscarem reduções de custos. No tocante ao mercado de trabalho, tais mudanças levaram ao surgimento de novas formas de contratação, mais flexíveis, bem como o corte de vagas, salários e benefícios.

No plano macroeconômico do país, o autor menciona o processo de estabilização de preços, as elevadas taxas de juros praticadas no país, associadas à vulnerabilidade dos fluxos de capitais, que tornaram ainda mais instável a situação do trabalhador no mercado de trabalho brasileiro, elevando os níveis de precarização das relações trabalhistas, subocupação e desemprego.

Em oposição às tendências dos anos 1990, os anos 2000 inauguraram uma reversão no comportamento de alguns índices do mercado de trabalho. Tal reversão pode ser observada à luz do decréscimo das taxas de desemprego, aumento do emprego registrado e recuperação do poder de compra dos salários.

De acordo com a Tabela 3, a partir de 2004 pode-se perceber uma tendência de inversão nesses índices. No interregno de 2004 a 2013 mantém-se a tendência de redução da informalidade, em que a proporção da população ocupada no setor formal incrementa-se em 10,5 pontos percentuais, atingindo um índice de formalização de 51,5%. Neste período, em termos percentuais, o contingente de trabalhadores em ocupações formais cresceu a uma taxa de 43,9%, que foi superior às taxas de crescimento das ocupações informais (-5,9%) e da população total ocupada (14,5%).

A melhoria no nível de formalização do mercado de trabalho brasileiro fica ainda mais perceptível quando se observam os dados que abrangem o interregno dos 20 anos considerados pela pesquisa. No período analisado, pode-se constatar que o país incrementou 13,5 pontos percentuais em seu nível de formalização, em que 51,5% dos

vínculos empregatícios concentravam-se no segmento formal, frente a aproximadamente 48,5 % dos postos de trabalhos no setor informal.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se de fato uma redução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, no período considerado pela pesquisa (1993-2013). Sobre o comportamento dos índices, sobretudo nos anos 2000, Baltar, Krein e Leone (2009) destacam que tal tendência pode ser imputada tanto à atuação do Ministério Público do Trabalho, quanto a um melhor desempenho da economia, em que se observou um crescimento mais intenso do emprego formal, mostrando que a enorme parte da informalidade está relacionada com a dinâmica econômica, o que corrobora a noção clássica de informalidade como expressão do baixo dinamismo econômico.

Duarte (2006) ressalta três fatores institucionais que, embora não sejam geradores de emprego, também colaboraram para a formalização nos anos 2000: i) melhoria na fiscalização; ii) mudanças na legislação trabalhista que beneficiaram os segmentos tipicamente precarizados, como os trabalhadores terceirizados e os trabalhadores domésticos; e iii) a drástica redução do trabalho infantil.

4.2.1 A informalidade no mercado de trabalho, segundo os setores de atividade econômica.

De um modo geral, durante os anos 1990, a economia brasileira foi marcada pela abertura comercial, pela adoção de políticas de estabilização e privatizações e pelo processo de reestruturação produtiva das empresas, que diante das profundas transformações econômicas, buscavam uma maior competitividade como uma forma de se estabelecer no mercado. Ramos (2002) ressalta que tais transformações repercutiram no mercado de trabalho, o que provocou uma mudança na composição setorial do emprego, uma vez que foram transferidos postos de trabalho da indústria e da agricultura, para o setor de serviços.

No Gráfico 2, apresentado a seguir, pode-se verificar a trajetória dos setores agrícola, industrial e de serviços em termos de participação relativa no total de empregos da economia brasileira, no período de 1993 a 2013.

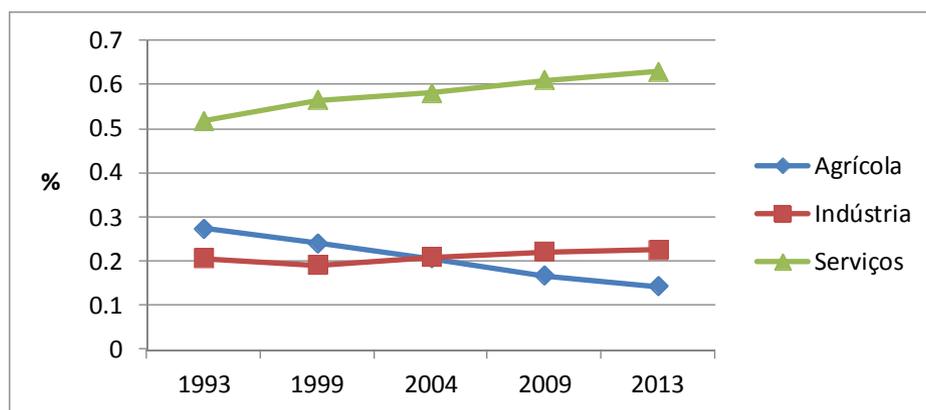


Gráfico 2: Brasil, Taxa de participação setorial no emprego total (1993-2013)
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A inspeção visual permite identificar a tendência da trajetória de cada setor ao longo desses 20 anos, em que se observa o setor de serviços como o detentor das maiores taxas de participação no emprego total, seguido pelo setor agrícola e industrial,

nessa ordem até o final dos anos 1999. Ressalte-se, porém que a partir de 2004 já se pode constatar uma maior participação do setor industrial na geração de empregos do país, frente a uma redução da taxa de participação do setor agrícola, o que significa uma inversão na ordem dos setores mais participativos em termos de geração de emprego.

Observando-se o comportamento dessas trajetórias nos anos 1990, pode-se verificar que além de apresentar a maior representatividade no total de empregos gerados no país, o setor de serviços apresentou uma trajetória ascendente em sua taxa de participação, ao passo que o setor industrial se manteve estagnado durante esse período. Já o setor agrícola apresentou uma trajetória de queda em sua taxa de participação no total de empregos do mercado de trabalho brasileiro.

Segundo Baltar (2003), a perda de dinamismo do setor industrial na geração de empregos e o crescimento da participação do setor de serviços no total das ocupações, surtiu efeitos negativos no mercado de trabalho brasileiro pela natureza precária de uma parcela das ocupações desse setor, no que diz respeito à estabilidade, segurança e remuneração, evidenciando assim uma tendência à precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Esses resultados podem ser mais bem apreciados mediante os dados da Tabela 4, em que se apresenta os níveis de formalização do emprego segundo os setores agrícola, industrial e de serviços.

Tabela 4 – Brasil: Nível de formalização, segundo os setores econômicos, 1993-2013 (%).

Setor	Formalização	Período					Variação (p.p)		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993-1999	2004-2013	Total
Agricultura	Formal	7,7	8,2	9,4	11,3	12,36	0,5	3,0	4,7
	Informal	92,3	91,8	90,7	88,7	87,64	-0,5	-3,0	-4,7
Indústria	Formal	57,4	51,3	51,3	54,2	56,98	-6,2	5,7	-0,5
	Informal	42,6	48,7	48,7	45,8	43,02	6,2	-5,7	0,5
Serviços	Formal	46,3	45,91	48,5	53,04	58,47	-0,4	10,0	12,2
	Informal	53,7	54,09	51,5	46,96	42	0,4	-10,0	-12,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Consoante as estatísticas apresentadas na Tabela 4, pode-se ressaltar a *performance* da indústria, que tradicionalmente detém o maior grau de formalidade, frente ao desempenho dos setores agrícolas e de serviços, que apresentam a maior contribuição para a informalidade.

De acordo com os dados da Tabela 4, verifica-se que dentre os setores analisados, o agrícola apresenta os maiores níveis de informalidade. Em 1993, do total de ocupações do setor, aproximadamente 92% eram informais. Parte dessa informalidade deve-se, sobretudo, ao desempenho da categoria dos trabalhadores com carteira, que exhibe nesse setor o menor nível frente aos demais setores da atividade econômica. Outra parte dessa informalidade é constituída por trabalhadores que produzem para seu próprio consumo. Contudo, percebe-se que mesmo em patamares elevados, o nível de informalidade nesse setor vem se reduzindo, ainda que em um ritmo muito lento, haja vista que, em 2013, a proporção de trabalhadores informais

nesse setor caiu em 4,7 pontos percentuais em relação a 1993, atingindo um nível de informalidade de aproximadamente 87,6%.

Com níveis de informalidade bastante significativos, pode-se destacar também a *performance* do setor de serviços, em que 53,7% de suas ocupações foram caracterizadas como informais, em 1993. Em 1999, o nível de informalização do setor não apresentou mudanças significativas, incrementando-se em 0,4 pontos percentuais, indicando que do total de ocupações do setor, cerca de 54,1% foram consideradas como informais.

Apesar da pequena alteração em seu nível de informalidade, deve-se atentar para o desempenho do setor de serviços em termos absolutos, no período compreendido entre 1993 a 1999, em que o setor apresenta a maior taxa de crescimento das ocupações informais, conforme pode ser observado na Tabela 5, apresentada a seguir.

Tabela 5 – Brasil: Ocupação formal e informal, segundo os setores econômicos (1993-2013).

Setor	Ocupação	Período					Tx. de crescimento (%)		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993-1999	2004-2013	Total
Agrícola	Formal	1.400.729	1.418.797	1.636.137	1.760.427	1.720.143	1,3	5,1	22,8
	Informal	16.790.870	15.828.063	15.867.642	13.800.065	12.193.907	-5,7	-23,2	-27,4
Indústria	Formal	7.875.708	7.056.972	9.108.230	11.098.303	12.438.684	-10,4	36,6	57,9
	Informal	5.838.286	6.705.629	8.648.837	9.394.078	9.391.362	14,9	8,6	60,9
Serviços	Formal	15.962.630	18.585.326	23.813.663	29.959.869	35.575.837	16,4	49,4	122,9
	Informal	18.498.141	21.897.428	25.291.729	26.522.282	25.271.589	18,4	-0,1	36,6
Total	Formal	25.239.067	27.061.095	34.558.030	42.818.599	49.734.664	7,2	43,9	97,1
	Informal	41.127.297	44.431.120	49.808.208	49.716.425	46.856.858	8,0	-5,9	13,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: (*) em mil pessoas.

No caso do setor industrial, que tem tradicionalmente níveis de informalidade menores, constata-se, conforme os dados da Tabela 5, uma tendência de crescimento deste grau em aproximadamente 6,2 pontos percentuais no período 1993-1999, o que corrobora os efeitos nocivos da perda de dinamismo desse setor durante os anos 1990, considerado um dos redutos do trabalho formal. Tal resultado pode ser ratificado ao se observar a evolução das ocupações do setor industrial no período de 1993 a 1999, em que se verifica que as ocupações formais apresentaram uma taxa de crescimento negativa de 10,4%, ao passo que as ocupações informais cresceram uma taxa positiva de 14,9%, conforme os dados da Tabela 5.

A respeito do crescimento da informalidade no setor industrial na década de 1990, Ramos e Ferreira (2005) destacam que tal resultado seria reflexo de um aumento das negociações trabalhistas à margem da legislação, disseminando uma espécie de “cultura da informalidade” em determinadas áreas do país. Desse modo, apreende-se que o elevado número de trabalhadores em ocupações informais não se deveu somente à expansão dos postos de trabalho no setor de serviços, mas também pelo aumento da informalidade nos postos de trabalho industriais. Silva *et al.* (2002) destacam a indústria de construção como um caso ilustrativo desse crescimento da informalidade, que no período 1992-2001 viu a participação dos sem carteira subir de 24 para 31%.

Oliveira (2011) realça alguns fatores capazes de explicar o comportamento do setor industrial ao longo dos anos 1990. Segundo o autor, os anos 1990 foram marcados por crescimento do desemprego, disseminação da *terceirização*, maior pressão empresarial e governamental no sentido de promover a *desregulamentação* do trabalho, somados a uma significativa redução da ação fiscalizatória do Estado no sentido de se fazer cumprir as leis trabalhistas. Um dos resultados mais imediatos foi o processo de transferência de parte dos postos de trabalho da indústria para o setor de serviços, bem como o desencadeamento do processo de privatização das empresas estatais e de serviços públicos.

Considerando-se agora os anos representativos da década de 2000, a leitura dos dados da Tabela 5 permite observar que a tendência de crescimento da informalidade inverte-se tanto no setor industrial, quanto no setor de serviços.

No caso do setor industrial, observa-se sinais de crescimento do trabalho formal, registrando-se um nível de formalização de aproximadamente 57%, em 2013. A tendência de reversão dos índices de formalização deste setor dá indícios de que o processo de racionalização do emprego industrial dos anos 1990 parece ter se esgotado. No período de 2004 a 2013, pode-se observar que as ocupações formais do setor industrial cresceram a uma taxa de 36,6%, enquanto as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8,6%, o que pode ser imputado ao processo de recuperação do setor industrial em termos de geração de emprego e renda.

Diante dos resultados observados, evidencia-se uma tendência à formalização das relações de trabalho, que pode ser compreendida à luz da dinâmica recente do mercado de trabalho, marcada por forte dinamismo na geração de emprego, (formalização dos vínculos empregatícios). Tais resultados mais uma vez corroboram o noção de que a própria trajetória da informalidade observada ao longo das décadas de 1990 e 2000 mantém relação direta com a expansão do nível de produção.

4.2.2 A informalidade no mercado de trabalho, segundo as formas de inserção na ocupação

Segundo Cacciamali (2011), o nível de emprego, para efeitos de análise, deverá ser apreendido tanto no agregado, quanto de acordo com a sua inserção nas diferentes formas de organização de produção, ou seja, de acordo com sua posição na ocupação. Segundo a autora, tal abordagem permite compreender a anatomia do emprego, bem como sua evolução ao longo do tempo.

De acordo com os dados da PNAD apresentados a seguir, na Tabela 6, no período compreendido entre 1993 e 2013, apreende-se que dentre as categorias do trabalho formal, com exceção das categorias *militar* e *empregador (menos de 6 empregados)*, que apresentaram reduções mínimas em suas taxas de participações, todas registraram uma taxa de crescimento positiva (em pontos percentuais).

Tabela 6 – Brasil: Taxa de participação no emprego total por posição na ocupação, 1993-2013 (%).

Emprego	Posição na Ocupação	Taxa de Participação (%)					Variações (p.p.)		
		1993	1999	2004	2009	2013	1993-1999	2004-2013	Total
Formal	Empregado com Carteira	29,07	27,48	30,45	34,98	39,87	-1,59	9,42	10,80
	Militar	0,37	0,4	0,31	0,3	0,04	0,03	-0,27	-0,33
	Funcionário público estatutário	5,82	6,22	6,29	6,88	7,03	0,4	0,74	1,21
	Trabalhador doméstico com carteira	1,19	1,87	1,98	2,16	2,20	0,68	0,22	1,01
	Empregador (6 empregados ou mais)	1,57	1,88	1,92	1,97	0,20	0,31	-1,72	-1,37
Informal	Outros Empregados sem carteira	17,27	17,38	18,3	16,55	14,75	0,11	-3,55	-2,52
	Trabalhador doméstico sem carteira	5,75	5,59	5,69	5,65	4,50	-0,16	-1,19	-1,25
	Conta- própria	21,74	23,24	22,02	20,51	20,63	1,5	-1,39	-1,11
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,02	4,49	4,01	4,09	4,39	-0,53	0,38	-0,63
	Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,16	0,12	0,11	0,11	0,16	-0,01	0,11
	Não remunerado	10,50	9,34	6,97	4,65	2,48	-1,16	-4,49	-8,02
	Empregador (até 5 empregados)	1,69	1,95	1,93	2,18	1,65	0,26	-0,28	-0,04

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Por outro lado, dentre as categorias do trabalho informal, excetuando-se a categoria *trabalhador na construção para o próprio uso*, que apresentou um leve incremento em sua taxa de participação, todas apresentaram variações negativas (em pontos percentuais). Ou seja, em 20 anos, as formas de inserção no trabalho formal vêm aumentando sua participação no total de empregos gerados no país, ao passo que as formas de inserção no trabalho informal vêm se reduzindo. Contudo, vale salientar que em termos de variações percentuais, as categorias de um modo geral não apresentaram grandes mudanças em suas taxas de participação, evidenciando que a anatomia do mercado de trabalho brasileiro pouco se alterou ao longo desses 20 anos. Nesse sentido, merece destaque os indicadores das categorias *empregado com carteira* e os trabalhadores *não- remunerados*, uma vez que apresentaram as taxas de variações mais significativas.

Entre 1993 e 2013, o Brasil incrementou sua participação no segmento formal em 13,5 pontos percentuais, chegando a apresentar aproximadamente 52% dos postos de trabalho nesse segmento. Com os dados desagregados da Tabela 6, verifica-se que o incremento do segmento formal se deve basicamente a aumentos no número de *Empregados com carteira* (incremento de 10,8 pontos percentuais) e a redução da informalidade deve-se principalmente a reduções nas categorias *trabalhadores não remunerados* (redução de 8,02 pontos percentuais) e *outros empregados sem carteira* (redução de 2,52 pontos percentuais).

Outra informação interessante contida na Tabela 6, é a relevância que tem a auto ocupação para a economia do país. A expressiva representatividade da categoria *conta-própria* apresenta-se em conformidade com a tendência geral apresentada pelos países da América Latina, donde uma em cada quatro pessoas ocupadas trabalha como independente⁷. (MAIA e GARCIA, 2011, p.270). Tal categoria continua a ser responsável por uma parcela significativa de trabalhadores, assumindo o *status* de principal forma de inserção no trabalho informal. Contudo, vale sublinhar que a

⁷ Na metodologia das autoras, o Trabalho Independente compreende as categorias Conta-Própria, Pequenos Empregadores e Profissional Universitário Autônomo.

categoria vem apresentando sinais de arrefecimento nos anos recentes devido ao aquecimento da atividade econômica, ao fortalecimento do emprego formal e ao promissor processo de inclusão social resultante de políticas públicas voltadas para o crescimento econômico e para a redistribuição de renda, com vistas a reverter a desestruturação que caracterizou os anos 1990.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa acadêmica apresentou como objetivo principal uma investigação acerca da evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro no período compreendido entre 1993 a 2013, em que se procurou fazer uma análise dos dados referentes à informalidade, arrolados à evolução da própria dinâmica de crescimento econômico do país.

Em um contexto de baixo dinamismo do crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, tal qual ocorreu nos anos 1990, os resultados apresentados sugerem um elevado grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, que chegou a representar cerca de 62% do total de ocupações geradas. Contudo, apesar de bastante elevado, esse nível de informalização permaneceu praticamente inalterado durante esse período. Na realidade, a análise sugere que houve um acirramento da precarização das relações trabalhistas, dado um processo de reorganização do mercado de trabalho, que se manifestou através de formas de contratação atípicas, mais inseguras, da subocupação, de um processo crescente de terceirização, o que não significa dizer que a informalidade elevou-se em termos de participação das categorias informais no total de empregos.

Por outro lado, a partir de 2004, quando a economia apresentou sinais de recuperação, o cenário do mercado de trabalho começa a apresentar mudanças significativas. Nesse contexto de maior dinamismo econômico, constatou-se uma tendência de redução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2013, que registrou neste último ano um percentual de aproximadamente 52% do total da população ocupada.

Pela análise setorial, durante os anos de 1990, permite-se inferir que a significativa expansão do setor de serviços, frente a uma contração do setor industrial (tido como um dos redutos do trabalho formal), impactou diretamente nos níveis de informalização da economia.

Nos anos 2000, o nível de informalidade reduz-se em todos os setores. A partir de 2004 observou-se que o setor industrial começou a apresentar sinais de recuperação, retomando o dinamismo em termos de geração de emprego e renda, contribuindo assim para a redução de seu grau de informalidade.

O resultado no agregado (de 1993 a 2013) evidencia que houve uma queda no grau de informalidade nos setores onde este grau é tradicionalmente mais elevado, como os setores agrícola e de serviços. Por outro lado, a indústria, tida como um dos redutos do trabalho formal, apresentou uma leve redução em seu nível de formalização ao longo desses 20 anos.

No tocante às formas de inserção na ocupação, os resultados evidenciaram que entre 1993 a 2013, o incremento no nível de formalização, deve-se basicamente a aumentos na participação dos *empregados com carteira* (incremento de 10,8 pontos percentuais) e a redução da informalidade deve-se principalmente a reduções nas

categorias *trabalhadores não remunerados* (redução de 8,02 pontos percentuais) e *outros empregados sem carteira* (redução de 2,52 pontos percentuais).

Diante dessas considerações, é possível notar que, a informalidade no mercado de trabalho apresenta um componente cíclico e estrutural, uma vez que a mesma acompanha as tendências do cenário macroeconômico. Períodos de menor crescimento econômico tendem a impactar negativamente no mercado de trabalho, reduzindo a capacidade de geração de emprego e renda e conseqüentemente contribuindo para os elevados índices de informalização. Assim, reforça-se a noção de que além do desenho adequado das políticas de mercado de trabalho, a promoção do crescimento econômico, com criação de renda e empregos decentes, torna-se impreterível. O dinamismo econômico, em grande medida, criaria as oportunidades de ocupação, agiria pelo lado da demanda por trabalho. As políticas de mercado de trabalho por sua vez, agiriam do lado da oferta de mão-de-obra.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. **Desigualdades e discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro e suas implicações para a formulação de uma política de emprego**. Seminário nacional de política Geral de emprego. Necessidades, opções, prioridades. Brasília: OIT, 9 e 10 de dez. 2004.
- ARAÚJO, A.M.C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I. T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.
- AVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, C.; UNBENHAUM, S. G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC / Ed. 34, 2002
- BALTAR, P. E. A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90**. Tese (Livre Docência em Economia). Unicamp, Campinas, 2003.
- BALTAR, P.; KREIN, J. D.; LEONE, E. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009.
- BARBOSA, A. de F. **De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito**. São Paulo: USP, 2009. mimeo.
- _____. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; MOREIRA, I. T. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa, Paraíba, 2011.
- BARROS, R. P., MELLO, R., PERO, V. **Informal labor contracts: a solution or a problem?** Texto para Discussão, 291, IPEA, 1993.

BELOQUE, L. D. **A cor do “trabalho informal”**: uma perspectiva de análise das atividades “informais”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade. Economia e Sociedade**. Campinas, Unicamp, n. 14, 2000.

_____. Marchas e contramarchas da epistemologia do trabalho informal. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; MOREIRA, I, T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**, Paraíba: João Pessoa, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; FERNANDES, R. **Distribuição dos trabalhadores e diferenciais de salários entre os mercados de trabalho regulamentado e não regulamentado**. Pesquisa e Planejamento Econômico, IPEA, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 18-37, 1993.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO, N. A. O mercado de trabalho brasileiro é segmentado? Alterações no perfil da informalidade e nos diferenciais de salário nas décadas de 1980 e 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, 2004.

DUARTE, R., CAVALCANTI, C. **O setor informal em Salvador: dimensões, natureza e significação**. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1980^a.

DUARTE, Cristiano Boaventura. **Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_451.pdf

FARAH, M. **O processo de trabalho na construção habitacional**. São Paulo: Annablume, 1996.

FERNANDES, R. **Mercado de trabalho não-regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários**. Pesquisa e Planejamento Econômico, São Paulo, SP, v. 26, p. 417-442, 1996.

FRASER, N. **Iustitia Interrupta**: reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores, 1997.

GALLI, R.; KUCERA, D. **Informal employment in Latin América: movements over business cycles and the effects of worker rights**. Decent Work Research Programme. International Institute for Labour Studies. Discussion Paper. 2003

HANSENBALG, C. A pesquisa das desigualdades raciais no Brasil. In: SILVA, N. V.; HANSENBALG, C. (Org.). **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HART, K. Informal income opportunities and urban development in Ghana. In **The Journal of Modern African studies**, vol. 2, n. 1, 1973.

KOWARICK, L. F. F. Trabalho produtivo e improdutivo: comentários sobre o ângulo da acumulação e da política. In: (Org.). **Classes Sociais e Trabalho Produtivo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010.

LEITE, M. de Paula. O Trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; MOREIRA, I. T. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

LEONE, E.T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.3). Brasília, 2010.

LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. In A.N. Agarla e S.P. Singh, orgs. **The Economics of Underdevelopment**. New York: Oxford University Press, 1958.

LIMA, J.C. **Trabalho, autogestão e mercado: como ficam os trabalhadores? A questão social no novo milênio**. VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004.

MAIA, R. A.; GARCIA, L. Informalidade atualizada: análise das Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal no período 1999 – 2009. In OLIVEIRA, Roberto Vêras; GOMES, Darcilene; MOREIRA, I. T. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MALONEY, W.F. **Labor market structure in developing countries: time series evidence on competing views**. The World Bank Working Paper, n. 1940, 1998.

MELLO, R.F; SANTOS, D.D. **Aceleração educacional e a queda recente da informalidade**. Nota Técnica. IPEA, 2009.

MELO, H. P.; SABABATO, A. **O Feminino no mundo rural: um olhar pela Pnad/IBGE**. Rio de Janeiro, 2000. Mimeo.

NERI, M. C. **Decent work and the informal sector in Brazil**. FGV/EPGE, Ensaios Econômicos, n. 461, 2002.

NORONHA, E. G. **“Informal”, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003.

OLIVEIRA, F. de. **“Economia brasileira: crítica à razão dualista”**. Estudos Cebrap, São Paulo, 1972.

OLINTO, G.; OLIVEIRA, Z. L. C. de. Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudança. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2005. *Anais...* Minas Gerais: Caxambu, 2004.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991 -2001**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 914, 2002.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Evolução e realocação do emprego formal: 1995-2003. In **Anais do IX Encontro nacional de estudos do Trabalho**. Recife: ABET, 2005

SANTOS, Anselmo Luís dos. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX**. Campinas: IE-Unicamp, Tese de doutorado, 2006.

SILVA, J. L.T *et al.* **A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro e as Políticas Públicas do Governo Federal**. Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Salvador, 2002.

SOARES, F. V. **Some stylized facts of the informal sector in Brazil**. Texto para Discussão, n.1020, IPEA, 2004.

SOUZA, P. R. C. **O problema ocupacional: o setor informal urbano**. In: SERRA, J. Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

TANNURI-PIANTO, M. E.; PIANTO, D. **Informal employment in Brazil – a Choice at the top and segmentation at the bottom: a quantile regression approach**. Encontro Brasileiro de Econometria, Anais...SBE. 2002.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, CFCH, 2002.

ULYSSEA, L. **Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Resenha da Literatura**. Texto para Discussão N° 1070. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2006.

Recebido em Novembro de 2014

Aprovado em Maio de 2015